

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ELETRÔNICO 186/2024
LEI FEDERAL 14.133/21 - ART. 6, XXIII

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de capacitação e atualização de servidores públicos abordando os temas “AUDITORIA GOVERNAMENTAL, CONTROLES INTERNO E EXTERNO, COMPLIANCE, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS”, com base no Manual de Normas dos Trabalhos de Auditoria aplicável ao Setor Público (MNTASP).

1.2. O referido curso será realizado pela empresa ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda, inscrita no CNPJ: 35.963.479/0001-46, no período de 20 a 23 de agosto de 2024, com carga horária de 28 horas, na cidade de Recife/PE.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando que os servidores participantes atuam de forma direta no Controle Interno desta Casa de Leis, sendo de suma importância sua capacitação para o desenvolvimento do seu trabalho de Controle e Auditoria, assim como para desenvolver seu trabalho de forma eficaz, defendendo o interesse público e institucional.

2.2 Considerando que a capacitação do servidor público é uma ferramenta importante que possibilita que o mesmo desenvolva seu trabalho de forma crítica e correta acerca do papel da Instituição e da finalidade social a que se propõe, e a buscar melhorias nos processos de trabalho tanto individual quanto institucional.

2.3 Considerando que o investimento intelectual dos servidores, como um todo, ajuda a aprimorar a capacidade técnica resultando em economicidade para a administração pública, nos atendimentos às demandas da população e favorecendo a busca pela eficiência administrativa e da eficácia na gestão pública.

3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Das especificações dos serviços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de capacitação e atualização sobre: AUDITORIA GOVERNAMENTAL, CONTROLES INTERNO E EXTERNO, COMPLIANCE, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS, com base no Manual de Normas dos Trabalhos de Auditoria aplicável ao Setor Público (MNTASP). Participarão do curso os servidores <u>Jonathas Soares da Silva</u> , matrícula 400026 - Auditor Interno/Controlador Interno, e <u>Leandro José Lang</u> , matrícula 400039 - Analista de Controladoria/Encarregado de Normas;	02	R\$ 4.190,00	R\$ 8.380,00

4. PÚBLICO ALVO

4.1. Controladores, auditores, servidores públicos que atuam diretamente com o controle interno ou com a auditoria, bem como secretários, diretores, gerentes, ordenadores de despesa, administradores, contadores, coordenadores, profissionais de controle externo e interno e profissionais das demais áreas de execução financeira, orçamentária e patrimonial no âmbito governamental que tenham interesse sobre esse assunto.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

5.1. Durante o Curso, serão abordados os seguintes temas:

Legislação

- Lei 10180/2001; Decreto 3591/2000; Decreto 9203/2017;
- IN MP CGU 01/2016; IN CGU 03/2017; IN CGU 24/2015;
- Normas Profissionais Internacionais de Auditoria Interna – IPPF;
- Operacionalização das Atividades de Auditoria Interna; Modelo de Três Linhas de Defesa; Controles Internos – Estrutura Integrada – COSO ICIF;
- Gestão de Riscos Organizacionais (COSO ERM, ISO 31000 e Manual de Avaliação do Grau de Maturidade de Gestão de Riscos de órgãos e entidades do TCU).

Conceitos fundamentais:

- Tipos e Formas de Auditoria.
- Auditoria de Processos de Contas. Auditoria Contábil. Auditoria Operacional.
- Auditoria baseada em riscos: Conceito e metodologia.

Normas e procedimentos de auditoria:

- Normas Nacionais e Internacionais de Auditoria Interna;
- Importância e papel que desempenha;
- A estrutura do Controle Interno no executivo;
- Independência e estrutura básica;
- Abrangência e atuação;
- Responsabilidades da Auditoria Interna;
- PAINT e RAINTE;
- Definição e princípios de Controle Interno;
- Modelos de Controle e Auditoria Interna no Setor Público;
- Boas práticas.

Governança e gestão de riscos:

- Decreto 9.203/2017 e Instrução Normativa MP CGU 01/2016;
- Referencial de Governança de Órgãos e Entidades do Setor Público publicado pelo TCU;
- Modelo de Três Linhas de Defesa;
- Gestão de riscos: COSO ERM, ISO 31000 e boas práticas;
- Metodologia do TCU de avaliação da maturidade da gestão de riscos de órgãos e entidades;
- Aplicação prática;
- Gestão de riscos e controles internos nas aquisições públicas - RCA. Aplicação prática.

6. OBJETIVO DO CURSO

6.1 O curso se propõe a dotar os servidores participantes de ferramenta que permita a aplicação de técnicas e rotinas de acordo com o Manual de Normas dos Trabalhos de Auditoria aplicável ao Setor Público (MNTASP), assim como aprofundar estudos e debates acerca do art. 74 da Constituição Federal para que sua aplicação seja garantida nos órgãos públicos.

7. HABILITAÇÃO - ARTIGO 62, LEI 14.133/21

7.1. Qualificação Jurídica

7.1.1. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, além dos estatutos sociais, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social.

7.1.2. **Cópia da Cédula de identidade e do CPF** dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

7.1.3. **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.**

7.2. Qualificação Técnica

7.2.1. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante prestado serviços compatíveis em características, quantidades, e prazos com o objeto da licitação, em atendimento ao art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.3.1. **Certidão de Regularidade** perante a **Fazenda Federal (Unificada)** emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

7.3.2. **Certidão / prova de Regularidade** perante a **Fazenda Estadual**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

7.3.3. **Certidão / Prova de Regularidade** perante a **Fazenda Municipal**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

7.3.4. **Certidão / Prova de Regularidade perante o FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

7.3.5. **Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT**; relativa à comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A, Certidão

7.3.6. expedida gratuita e eletronicamente; podendo ser Certidão Negativa.

7.4. Qualificação Econômico-financeira

7.4.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor sede do licitante com prazo de emissão não superior a 30 dias anteriores a data da efetiva entrega da certidão à CVMV.

7.5. Declarações

7.5.1. Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, que **NÃO** emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, não emprega menor de dezesseis anos, e que **NÃO** possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo presente processo.

7.5.2. **NÃO** possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão, ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e não possui com nenhum deles, relação conjugal ou de companheirismo, e nem parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Artigo 14, inciso IV da Lei 14.133/21);

7.5.3. Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL - NOTA DE EMPENHO

8.1. A nota de empenho substituirá o Termo de Contrato nos termos do art. 95, da Lei nº. 14.133/2021 e do artigo 12, da Portaria Interna n. 156/2023.

8.2. A inexecução total ou parcial do objeto enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo.

8.3. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente objeto, sem prévia e expressa autorização da CVMV

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A presente contratação **NÃO** foi inserida no Plano de Contratação Anual- PCA de 2024, ou seja, não estava prevista para ser realizada no ano corrente. Contudo, tal contratação é considerada viável devido a relevância do tema a ser abordado, conforme justificado no DFD.

9.2. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste certame, quando ordenada, se dará através da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DE DESPESA
Câmara de Vereadores do Município de Vilhena	01.01.01.031.0001.2001	3.3.90.39.00.00

10. PROCEDIMENTO DO PAGAMENTO

10.1. O Contrato será substituído pela Nota de Empenho, nos termos do art. 95, I da Lei nº. 14.133/2021 e artigo 12, da Portaria Interna n. 156/2023.

10.2. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação.

10.3. Para efeitos de pagamento, a empresa deverá apresentar documento de cobrança, constando de forma discriminada, a efetiva realização do objeto, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

10.4. O fornecedor deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

10.4.1. Certidão de regularidade com o FGTS.

10.4.2. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal.

10.4.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.4.4. Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

10.5. Os documentos de cobrança deverão ser enviados no e-mail: escolalegislativavha@gmail.com e/ou entregues pelo fornecedor à Diretoria Administrativa da CVMV, localizada na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 4.308, Bairro Jardim América, Vilhena/RO, CEP 76.980-706.

10.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável e independentemente do percentual de tributo inserido no documento, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.8. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, o fornecedor deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

10.9. A Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços - CRMS ficará responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança. O pagamento será realizado após o recebimento da Nota fiscal, bem como certidões negativas, atesto da CRMS e posterior liberação pelo Núcleo de Controle Financeiro.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com as disposições nos arts. 155 e seguintes da Lei 14.133/2021, e o art. 7º, inc. XIV, bem como o art. 8º, inc. IX, ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

11.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, caso venha:

- I** - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I.** advertência;
- II.** multa;
- III.** impedimento de licitar e contratar;
- IV.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

11.5. A sanção prevista no Item 13.3, inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Item 13.2, I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.6. A sanção prevista no Item 13.3, inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Item 13.2.

11.7. A sanção prevista no Item 13.3, inciso III, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item 13.2, incisos II, III, IV, V, VI e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. A sanção prevista no Item 13.3, inciso IV, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item 13.2, incisos VIII, IX, X, XI e XII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.9. A aplicação das sanções requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E INFORMAÇÕES GERAIS

12.1. Este Termo de Referência tem como base legal a Lei Federal nº 14.133/21 (estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios); Lei nº 8.078/90 (dispõe sobre a proteção do Consumidor); e Portaria interna 156/2023 da Câmara de Vereadores do Município de Vilhena/RO.

13. FORO

13.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 25 de julho 2024.

Elaborado por:

Isabela de Oliveira Santos

Encarregada de Licitações e Contratações- Portaria n. 117/2022

Aprovo o presente Termo de Referência em ____/07/2024, e autorizo a imediata realização do certame licitatório nos termos do Artigo 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Samir Ali
Vereador/Presidente



Assinado por: ISABELA DE OLIVEIRA SANTOS 26/07/2024 00:14:46
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por: SAMIR MAHMOUD ALI 26/07/2024 09:41:41
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE